



CNTV defende os interesses dos vigilantes em Audiência Pública no Senado

Estatuto da Segurança Privada será levado para discussão na Comissão de Assuntos Sociais do Senado



Reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pela senadora Marta Suplicy (PMDB-SP). Na bancada, os senadores Vicentinho Alves (D), Paulo Paim e Randolfe Rodrigues

A Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) participa nesta quarta-feira (13), representada pelo presidente, José Boaventura, da Audiência Pública no Senado Federal para tratar sobre a criação

do Estatuto da Segurança Privada. Prevista em substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD 6/2016) a projeto de lei do Senado (PLS 135/2010), a criação do Estatuto traz alguns avanços para a categoria, mas também

preocupa.

A CNTV, juntamente com a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT), vem lutando para que alguns itens inseridos no texto sejam retirados. Os pontos em questão representam grande retrocesso para as duas categorias, colocam trabalhadores e usuários dos bancos em risco e representam uma afronta aos direitos já conquistados pelos trabalhadores.

O projeto inicial, com apenas dois artigos e que tratava sobre piso nacional, é de autoria do ex-senador Marcelo Crivella. O texto recebeu 117 sugestões de emendas na Câmara, o que ampliou sua abrangência e o tornou, na prática, um estatuto com aproximadamente 70 artigos. Foram inseridos itens como a segurança privada classificada como interesse nacional, atividades de segurança e bancária como essencial e restrição de alguns direitos, como intrajornada, almoço e descanso.

“O que a CNTV defende é a supressão desses itens. A Segurança Privada não pode ser item de interesse nacional porque isso é um grave equívoco. Acaba restringindo Estados e municípios de complementarem aspectos de sua segurança de acordo com a realidade local”, avaliou Boaventura. Avanços como as divisórias nas baterias de caixas, que impedem que as pessoas da fila vejam quanto está sendo sacado, já é realidade graças a leis municipais e estaduais. Com aprovação deste item, esses avanços seriam impedidos.

Outro problema é a definição de atividades bancárias e de segurança como essenciais. “Na prática, isso significa acabar com o direito de greve previsto na constituição federal, outro absurdo inserido no Estatuto”, afirmou.

Também é contestada pela CNTV a

possibilidade de as empresas não mais contratarem pessoas com necessidades especiais, um “viés puramente preconceituoso”, afirmou Boaventura. “Em alguns países existem cadeirantes atuando como vigilantes em aeroportos, por exemplo. A inclusão é possível, e aprovar um item que restringe isso é um grande retrocesso não só para a segurança privada, mas para todo o país”, afirmou. A liberalidade no tocante aos itens de segurança das agências bancárias também é motivo de protesto por parte dos representantes dos trabalhadores, pois coloca em risco tanto os trabalhadores quanto os usuários dos bancos.

O pedido de audiência foi feito pelos senadores Dalírio Beber (PSDB-SC), Paulo Paim (PT-RS) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP). Segundo Randolfe, a Comissão de Assuntos Sociais precisa debater o assunto antes de votar, já que o projeto que saiu do Senado recebeu dezenas de mudanças na Câmara dos Deputados. O senador Vicentinho Alves (PR-TO) é o relator da proposta na CAS.

Além de Boaventura, foram convidados para o debate a Febraban; a Fenavist; a Contraf-CUT; e Polícia Federal; Apenas CNTV e Contraf-CUT representam os trabalhadores. A audiência será interativa e acontecerá na sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa.

Fonte: CNTV com informações da Agência

Senado

Comissão do Sindivigilantes do Sul fiscaliza atrasos da Líder, Camargo & Camargo e Job



Dirigentes do sindicato falaram com gestor do contrato do IPE

Uma comissão da direção do sindicato foi mobilizada, nesta segunda-feira, para fiscalizar os atrasos de pagamentos dos salários dos trabalhadores e trabalhadoras de postos da Líder, Camargo & Camargo e Job. Também estavam sem receber ainda os VAs e VTs de setembro.

Os dirigentes estiveram nos postos da Líder na Receita Federal, Ministério da Agricultura e IPE, onde confirmaram com os vigilantes que os vencimentos do mês estavam atrasados. No IPE, a comissão conseguiu falar com o gestor do contrato, sr. Gilberto, que se comprometeu em tomar providências para que a empresa regularize, imediatamente, todos os pagamentos.

Nesse meio tempo, a empresa pagou os salários dos vigilantes que recebem pelo Banco do Brasil e ficou de depositar até o final do dia os demais salários no Banrisul e Caixa Econômica Federal (CEF). Segundo informou a empresa a um dos diretores, por telefone, o sistema informatizado foi hackeado e foram

perdidas informações da folha de pagamento dos trabalhadores.

Secretaria da Agricultura, Caff , Cete e Casa de Cultura

A comissão também compareceu, à tarde, na Secretaria da Agricultura, da Camargo e Camargo, de onde o sindicato havia recebido denúncia na parte da manhã de que salários estavam em atraso. Num contato telefônico com o gerente operacional, William, este informou que a partir de 14 horas todos seriam pagos e isto foi confirmado pelos vigilantes do posto.

No Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE) e Centro Administrativo (Caff), da Job, os dirigentes confirmaram com os vigilantes que ainda não haviam recebido os salários, assim como na Casa de Cultura Mário Quintana. Em contato com a empresa, ela informa que até o final do dia tudo estaria regularizado.

Participaram da comissão os diretores Luis Paulo Motta, Rosane Schmitz, Marlon Costa e Ivo Carioca. O sindicato está atento também às pendências dos VTs e VAs, adverte Marlon: “Vamos oficializar as empresas para que seja paga a multa pelo atraso de salário, correspondente a um dia de trabalho para cada dia de atraso, na próxima folha de pagamento”, acrescentou.

No final da tarde o sindicato recebeu a confirmação de que a Camargo & Camargo pagou os salários dos trabalhadores da Secretaria da Agricultura, conforme havia prometido um representante da empresa.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Empresserv: empresa campeã em desrespeitar direitos no RN



Trabalhadores da Empresserv, com apoio do Sindsecur-RN, realizaram manifestação na manhã desta segunda-feira para denunciar o desrespeito da empresa com seus empregados

Atrasos de salário, desrespeito à CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e à Convenção Coletiva de Trabalho, perseguição de trabalhadores, estes são alguns dos abusos praticados pela Empresserv – Empresa de Serviços de Vigilância.

Nesta segunda-feira, 11 de setembro, o Sindsecur realizou um ato público em frente à sede da empresa para denunciar o desrespeito aos direitos dos trabalhadores. Os vigilantes que trabalham nos postos de serviço da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (Semsur) estão aproximadamente há três meses sem receber seus devidos salários.

Além disso, a Empresserv persegue trabalhadores. Recentemente um dirigente do nosso sindicato foi demitido por justa causa sem que a empresa tenha apresentado o motivo. Uma atitude antissindical que desrespeita a CLT e a constituição federal.

O Sindsecur vai continuar denunciando a empresa, política e juridicamente, até que sejam quitados todos os débitos com os vigilantes e os direitos trabalhistas respeitados. Junte-se a nos e ajude a fortalecer mais essa luta.

Fonte: Sindsecur-RN

Sindicato dos Vigilantes de Alagoas participam de protesto contra privatização de aeroportos



O presidente do Sindvigilantes/AL, Cícero Ferreira, e os diretores Mônica e Cícero Sanfoneiro, participaram do evento e cobraram respeito aos colegas aeroportuários

Comprometido com as lutas de toda a classe trabalhadora e da sociedade brasileira, o Sindicato dos Vigilantes de Alagoas participou na manhã desta terça-feira (12) de um protesto organizado pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina) contra a privatização dos aeroportos. A manifestação foi realizada em quase todo o país, inclusive no Aeroporto Zumbi dos Palmares, em

Maceió, onde estiveram os diretores do Sindvigilantes/AL.

A decisão do governo federal de privatizar 14 aeroportos da Rede Infraero é, segundo o Sina, um atentado à soberania nacional e aos direitos dos trabalhadores da Infraero.

Fonte: CNTV



Reforma trabalhista deve respeitar convenções da OIT

Em audiência no Senado, MPT, TST e CUT afirmam que alcance da reforma deve observar normas internacionais, além da Constituição. Central divulga projeto que pretende revogar retirada de direitos



Negociado sobre o legislado é inconstitucional, segundo participantes da audiência no Senado

A dois meses da entrada em vigor da reforma trabalhista, em novembro, integrantes do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e sindicalistas afirmam que a aplicação da nova legislação deverá respeitar a Constituição, além das normas garantidas em convenções e em acordos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Organização Internacional do

Trabalho (OIT).

As mudanças na legislação trabalhista aprovadas pelo governo Temer que, dentre outras medidas, estabelece jornada intermitente, trabalho em dias alternados, fracionamento de férias e negociação direta entre trabalhador e empregador, além de acabar com o imposto sindical, foram criticadas durante audiência pública promovida nesta segunda-feira (11) no

Senado.

“A legislação trabalhista é composta de normas internacionais. A OIT tem oito convenções sobre direitos fundamentais, além de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. A lei da reforma trabalhista é uma lei que ingressa no âmbito da legislação trabalhista, mas ela não é a legislação trabalhista”, afirmou a ministra do TST Delaíde Arantes ao repórter Uélson Kalinovski, para o Seu Jornal, da TVT.

Como a reforma trabalhista é uma lei ordinária, magistrados afirmam que ela não poderá se sobrepor aos direitos e garantias assegurados pela Constituição nem tampouco violar convenções globais das quais o Brasil é signatário. Entre os pontos considerados inconstitucionais, está a prevalência do negociado sobre o legislado, princípio central da reforma, que contrariaria o artigo 7º da Constituição Federal na avaliação de participantes do debate.

A audiência foi promovida pela Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, que estuda

a criação de um conjunto de leis que restabeleça garantias e direitos que foram retirados pela reforma.

Na reunião, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) divulgou a coleta de assinaturas em apoio a um projeto de lei de iniciativa popular para revogar a reforma trabalhista. São necessárias 1,3 milhão assinaturas para que o projeto inicia tramitação no Congresso Nacional.

“O projeto de iniciativa popular ele é, principalmente, para mobilizar. Não só como uma proposta legislativa, mas principalmente para dizer aos trabalhadores e trabalhadoras, em todos os cantinhos desse país, dos males dessa reforma e que nós precisamos do apoio, nós precisamos ter uma mobilização realmente de massa para se contrapor a tudo isso que tem contra nós”, diz a secretária de Relações do Trabalho da CUT Graça Costa.

Fonte: Rede Brasil Atual



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo,

Lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF